



**CONSELHO DO PROGRAMA DE PARCERIAS E INVESTIMENTOS DO ESTADO DO  
TOCANTINS - CPPI TOCANTINS**

**ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

**REALIZADA EM 17 DE SETEMBRO DE 2020**

Aos dezessete dias do mês de dezembro de dois mil e vinte, quinta feira, às dez horas e cinquenta e dois minutos, reuniu-se o Conselho do Programa de Parcerias e Investimentos do Estado do Tocantins - CPPI Tocantins, para a terceira reunião ordinária, por convocação do Senhor Presidente do Conselho, o Secretário de Estado de Parcerias e Investimentos, Sr. Claudinei Aparecido Quaresemin, na forma do disposto no art. 7º e art. 8º, I da Lei 3.666, de 13 de maio de 2020 e Resolução nº 01, de 28 de maio de 2020, na sala de reuniões, situada no Palácio Araguaia, estando presentes: Presidente do Conselho: Secretário de Estado de Parcerias e Investimentos, Claudinei Aparecido Quaresemin, e os seguintes Conselheiros: o suplente do Secretário de Estado da Indústria, Comércio e Serviços: Iranilson Ferreira Mota; o Suplente do Secretária de Estado da Infraestrutura, Cidades e Habitação -SEINF: Francis Ney Prado Maia; a Presidente da Agência de Fomento do Estado do Tocantins S.A. – Fomento: Denise Rocha Domingues; o suplente do Procurador-Geral do Estado – PGE: José Humberto Muniz Filho e o Suplente do Secretário de Estado da Fazenda e Planejamento–SEFAZ: Sergislei Silva de Moura, bem como o Secretário Executivo do CPPI-Tocantins, o Sr. Robson Menezes Ferreira. Participaram como convidados: o Superintendente de Parcerias e Investimentos-SPI: Pedro Olímpio Pereira Furtado Neto; o Presidente da Agência de Tecnologia da Informação – ATI: Thiago Pinheiro Maciel; o Secretário da Agricultura, Pecuária e Aquicultura – SEAGRO: Thiago Pereira Dourado; o Superintendente de Segurança Integrada da Secretaria de Segurança Pública – SSP: Marcelo Falcão; o Secretário de Estado da Cidadania e Justiça – SECIJU: Heber Luís Fidelis Fernandes; o Presidente da Companhia Imobiliária de Participações, Investimentos e Parcerias do Estado do Tocantins - Tocantins Parcerias: Aleandro Lacerda Gonçalves, o Presidente da Agência de Saneamento do Tocantins: Davi Gouveia Júnior; e a Assessora Jurídica: Eliane Grossmann e a Secretária Geral: Mariane Pintaro Arruda que auxiliará nos trabalhos. Dado início a reunião pelo Presidente do CPPI-Tocantins, após cumprimentar os convidados e demais presentes, designando a palavra para o Secretário Executivo do CPPI-Tocantins para apresentação e auxílio na condução dos trabalhos. Inicialmente, o Secretário Executivo informou a situação dos Projetos já qualificados no PPI-Tocantins, constando que o Projeto Programa Estadual de Modernização das Rodovias encontra-se em fase final para assinatura, que ocorrerá no dia 17 de dezembro de 2020 na reunião do Conselho da EPL. Após assinado, a EPL iniciará o procedimento de escolha dos parceiros estruturadores de projetos. Ressaltou ainda, sobre a Manifestação de Interesse Privado – MIP, apresentada pela empresa IMTRAFF para a realização do estudo de tráfego das rodovias, realizado em outubro de 2020, dando celeridade ao processo e sem qualquer custo direto para o



Estado. Em relação ao Projeto das Unidades de Conservação, o Secretário Executivo passou a palavra para a assessora jurídica da Secretaria de Parcerias e Investimentos, a Sra. Elianne Grossmann para explicar sobre a situação do contrato com o BNDES. Foi informado que o Projeto do Tocantins está passando pelo Conselho do BNDES sua aprovação, e nos próximos dias a assinatura do contrato tendo por objeto a realização dos estudos de modelagem econômica, financeira e jurídica. Com o retorno da palavra, o Secretário Executivo abordou sobre o Parque Tecnológico e a realização dos trâmites para o financiamento de crédito interno a ser realizado junto ao Banco do Brasil, no valor de R\$30.000,00 (trinta) milhões de reais para a implantação da infraestrutura urbana e construção do edifício sede da Agência de Tecnologia da Informação – ATI. Passada a palavra ao suplente e subsecretário da Fazenda e Planejamento, Sergislei Silva de Moura, este expôs que fora aprovado pela Assembleia Legislativa a Lei autorizativa de contratação de operação de crédito, encontrando-se neste momento para assinatura do Governador do Estado. Ademais, acerca do Parque Agrotecnológico, o Secretário Executivo evidenciou o formato inédito da Feira Agrotins com parcerias entre a SEAGRO, Tocantins Parcerias e o parceiro privado. No que se refere ao Terminais Rodoviários e Energia fotovoltaica, estes projetos serão desenvolvidos através da Tocantins Parcerias, juntamente com o parceiro privado que a cada dia vem manifestando interesse nos projetos do Tocantins. Ademais, o Secretário Executivo informou ao Conselho a aprovação por *ad referendum* do Projeto Parques Naturais e Urbanos por meio da Resolução nº 10, de 16 de outubro de 2020, e aprovada pelo Governador do Estado por meio do Decreto nº 6.189, de 25 de novembro de 2020. A medida foi necessária para que se avançasse as tratativas com o BNDES para assinatura do contrato, sendo este qualificado sem nenhum custo para o Estado. Encerrado os informes da reunião, deu-se início às deliberações sobre os temas dispostos em pauta. **O primeiro item para deliberação: Apresentação do projeto Rede Estadual de Banda Larga** - O Presidente do CPPI-Tocantins passou a palavra para o Presidente da Agência de Tecnologia da Informação – ATI, Thiago Pinheiro Maciel, que ressaltou a importância da aprovação do Projeto que possui entre seus objetivos, fazer a interligação do governo do Estado com todos os municípios e órgãos do Estado do Tocantins. O Secretário Executivo reforçou que após confirmação do governador do Estado por Decreto, passará para análise de Manifestação de Interesse Privado-MIP, proposta por empresa com experiência comprovada e com quadro de sucesso, que se propõe a desenvolver a estruturação do projeto sem custos para o Estado, ficando estes para o futuro vencedor em licitação. O presidente acrescentou os avanços que a Banda Larga irá trazer como acesso a telemedicina, redução de despesa com servidor, locomoção entre outros benefícios. Concluídas as colocações e aberta a votação, o Conselho decidiu, por unanimidade, pela inclusão e qualificação do pré-projeto intitulado Rede Estadual de Banda Larga, no âmbito do Programa de Parcerias e Investimentos do Estado do Tocantins, para fase de estruturação, composta das modelagens técnica, econômica, financeira e jurídica, com fins de viabilizar modalidade de parceria com a iniciativa privada. Por conseguinte passou-se à análise do **segundo item para apresentação e deliberação: Data Center**



**Estadual** – O presidente do CPPI passou a palavra para o Presidente da Agência de Tecnologia da Informação – ATI, Thiago Pinheiro Maciel, que informou que o projeto é de grande relevância para o Estado, pois atualmente há 02 (dois) Data Centers ativos, mas que não são considerados de alta disponibilidade, e que o presente projeto visa sua instalação no Parque Tecnológico. O Presidente do Conselho reforçou que este projeto complementa o projeto Estadual de Banda Larga e reforça a segurança alcançada por um Data Center de qualidade. Concluídas as colocações e aberta a votação, o Conselho decidiu, por unanimidade, propor e submeter, à deliberação do Governador do Estado, a inclusão e qualificação do pré-projeto intitulado Data Center Estadual, no âmbito do Programa de Parcerias e Investimentos do Estado do Tocantins, para fase de estruturação, composta das modelagens técnica, econômica, financeira e jurídica, com fins de viabilizar modalidade de parceria com a iniciativa privada. Ato contínuo, fora analisado o **quarto item para deliberação: Centro Integrado de Comando e Controle – CICC**. O Presidente do Conselho passou a palavra para o Superintendente de Segurança Integrada, Marcelo Falcão, representante do Secretário de Segurança Pública do Estado, o senhor Cristiano Sampaio. O Superintendente ressaltou que com este projeto o Estado do Tocantins estará em alinhamento com a Política Nacional de Segurança Pública e ao Sistema Único de Segurança Pública, dando um importante passo com a integração das forças de segurança, fortalecendo a convergência de informações, coordenar as ações e despachar os recursos necessários para atender a população. Com a palavra, o Presidente do Conselho ressaltou a importância da integração entre os órgãos públicos e os avanços que o projeto trará. Concluídas as colocações e aberta a votação, o Conselho decidiu, por unanimidade, propor e submeter, à deliberação do Governador do Estado, a inclusão qualificação do pré-projeto intitulado Centro Integrado de Comando e Controle - CICC, no âmbito do Programa de Parcerias e Investimentos do Estado do Tocantins, para fase de estruturação, composta das modelagens técnica, econômica, financeira e jurídica, com fins de viabilizar modalidade de parceria com a iniciativa privada. Ademais, o **quinto item da pauta para deliberação: Central de Abastecimento de Alimentos – Ceasa**. O presidente do Conselho ressaltou que o Ceasa Tocantins pode ser uma grande central de distribuição da região central do Brasil, em virtude de sua localidade, rodovias e ferrovia. Assim, passou a palavra para o Secretário de Agricultura, Pecuária e Aquicultura, Thiago Dourado, para explanar acerca do projeto Ceasa. Com a palavra, o Secretário reforçou a importância de uma Central forte e estruturada, com logística efetiva de toda a produção para atender toda a região Norte. Concluídas as colocações e aberta a votação, o Conselho decidiu, por unanimidade, propor e submeter, à deliberação do Governador do Estado, a inclusão qualificação do pré-projeto intitulado Central de Abastecimento de Alimentos – CEASA no âmbito do Programa e Parcerias de Investimentos do Estado do Tocantins, para fase de estruturação, composta das modelagens técnica, econômica, financeira e jurídica, com fins de viabilizar modalidade de parceria com a iniciativa privada. Em seguida, o **sexto item da pauta para deliberação: Projetos Agrícolas Irrigados**. O Presidente do Conselho passou a palavra para o Secretário de Agricultura, Pecuária e Aquicultura, Thiago Dourado, que



ressaltou que o Estado do Tocantins reúne 15% do potencial de agricultura irrigada do Brasil, possuindo hoje um pouco mais de 100 (cem) mil hectares irrigados, sendo o seu potencial de Tocantins de 5 (cinco) milhões de hectares irrigados. Concluídas as colocações e aberta a votação, o Conselho decidiu, por unanimidade, propor e submeter, à deliberação do Governador do Estado, a inclusão qualificação do pré-projeto intitulado Projetos Agrícolas Irrigados no âmbito do Programa de Parcerias e Investimentos do Estado do Tocantins, para fase de estruturação, composta das modelagens técnica, econômica, financeira e jurídica, com fins de viabilizar modalidade de parceria com a iniciativa privada. Por conseguinte, **o sexto item para deliberação: Projeto de Presídios Industriais:** O Presidente do Conselho passou a palavra para o Secretário de Cidadania e Justiça, Héber Fidelis. O Secretário expôs que no Tocantins os presos estão trabalhando em 28 (vinte e oito) unidades das 34 (trinta e quatro) unidades existentes, e mesmo com todas as dificuldades o Tocantins pulou do 19º ranking para o 16º ranking Nacional de Trabalho do Preso. Hoje os presídios estão superlotados, necessitando de construção de novos espaços, sendo a maior dificuldade o custeio para manter o presídio, vindo aí a importância da parceria com o ente privado e o Estado do Tocantins, para mostrar que a criminalidade não acaba na prisão, sendo necessária a ressocialização. Concluídas as colocações e aberta a votação, o Conselho decidiu, por unanimidade, propor e submeter, à deliberação do Governador do Estado, a inclusão qualificação do pré-projeto intitulado Projeto Presídios Industriais no âmbito do Programa de Parcerias e Investimentos do Estado do Tocantins, para fase de estruturação, composta das modelagens técnica, econômica, financeira e jurídica, com fins de viabilizar modalidade de parceria com a iniciativa privada. **O sétimo item para deliberação: Projeto de Tratamento de Resíduos Sólidos.** Passada a palavra ao Presidente da Agência de Saneamento do Tocantins – ATS, Davi Gouveia. O Presidente ressaltou a importância do Projeto, mesmo não estando diretamente ligados aos objetos de concessão da ATS, mas que encontram-se ligados ao saneamento básico que são de sua competência. O Presidente Executivo do Conselho acrescentou que no projeto não haverá ônus para o Estado, sendo este totalmente custeado pela iniciativa privada e cumprindo o Estado o seu papel de apoiar os Municípios na consecução dos objetivos para o tratamento dos resíduos sólidos. Concluídas as colocações e aberta a votação, o Conselho decidiu, por unanimidade, propor e submeter, à deliberação do Governador do Estado, a inclusão qualificação do pré-projeto intitulado Projeto Tratamento de Resíduos Sólidos no âmbito do Programa de Parcerias e Investimentos do Estado do Tocantins, para fase de estruturação, composta das modelagens técnica, econômica, financeira e jurídica, com fins de viabilizar modalidade de parceria com a iniciativa privada. Ultrapassados os projetos que constavam em estudos preliminares e foram encaminhados para qualificação, passasse para apresentação e deliberação de novos projetos para qualificação. **O oitavo item para deliberação: Pré-Projeto Estadual Marina de Palmas.** O Presidente do Conselho passou a palavra para o Presidente da Tocantins Parcerias, Aleandro Lacerda, que acrescentou a importância da Marina de Palmas para o Estado do Tocantins, que tem dentre as propostas o lazer, com espaços para restaurante e



diversão e crescimento para região. O Presidente do Conselho informou que a iniciativa privada possui interesse na estruturação e construção do Projeto, que poderá ser feita integralmente ou de maneira modulada, reforçando a importância para o crescimento da cidade de Palmas e o desenvolvimento do Estado. Concluídas as colocações e aberta a votação, o Conselho decidiu, por unanimidade, propor e submeter, à deliberação do Governador do Estado, a inclusão qualificação do pré-projeto intitulado Marina Estadual de Palmas no âmbito do Programa de Parcerias e Investimentos do Estado do Tocantins, para fase de estruturação, composta das modelagens técnica, econômica, financeira e jurídica, com fins de viabilizar modalidade de parceria com a iniciativa privada. Por conseguinte, **o nono item para deliberação: Pré-Projeto de Centros Administrativos Integrados**. Com a palavra o Secretário Executivo da SEFAZ, Sergislei Moura e Silva, explanou sobre os custos de cada instituição em um mesmo Município, e o que poderia ser economizado e prestado com maior eficiência aos cidadãos se estes serviços fossem realizados em Centros Administrativos Integrados de forma regionalizada. O Presidente do Conselho reforçou o interesse dos entes privados no projeto, de maneira que irá modernizar a estrutura e atendimento e gerará economia ao Estado, onde atualmente são gastos milionários. Concluídas as colocações e aberta a votação, o Conselho decidiu, por unanimidade, propor e submeter, à deliberação do Governador do Estado, a inclusão qualificação do pré-projeto intitulado Centro Administrativos Integrados no âmbito do Programa de Parcerias e Investimentos do Estado do Tocantins, para fase de estruturação, composta das modelagens técnica, econômica, financeira e jurídica, com fins de viabilizar modalidade de parceria com a iniciativa privada. **O décimo item para deliberação: Proposição do Programa Estadual de Apoio a Projetos Municipais de Parcerias Público Privadas**. Passada a palavra ao Secretário Executivo do Conselho de Parcerias e Investimentos, Robson Ferreira, este explanou que o Estado do Tocantins possui uma política municipalista e entende que os Municípios carecem de apoio técnico para idealizar projetos com a Iniciativa Privada. Informou que a Prefeita do Município de Gurupi, Josi Nunes, colocou em seu programa de reforma administrativa uma Superintendência voltada para a parceria público privada. Ressaltou os projetos de iluminação pública, investimentos em câmeras e vídeo monitoramentos para segurança pública que integram o CICC, os projetos de resíduos sólidos e saneamentos dos Municípios que poderão aderir aos projetos do Estado, onde o apoio e experiência do Governo Estadual poderão ajudar os Municípios na estruturação de seus projetos. Concluídas as colocações e aberta a votação, o Conselho decidiu, por unanimidade, determinar à Secretaria de Parcerias e Investimentos que, no prazo de até 90 dias, apresente proposta para instituição, pelo Governo do Tocantins, de um Programa Estadual de Apoio à Projetos Municipais de Parcerias Público-Privadas, com o objetivo de auxiliar os municípios tocantinenses na adoção de parcerias com a iniciativa privada para a promoção de melhorias e investimentos nos serviços públicos no âmbito municipal. Ademais, passasse a deliberação de novos projetos para estudos preliminares, dentre eles **o décimo primeiro item para deliberação: Rede Estadual de Gás Natural**. Com a palavra, o Secretário Executivo do Conselho de Parcerias e



Investimentos, Robson Ferreira explanou que a política de distribuição e comercialização de Gás Natural é de competência dos Estados. Hoje, o Tocantins não possui trabalhos nesse sentido, mas que houveram reuniões com a ex-presidente da Agência Nacional de Petróleo – ANP, onde foi feito um breve estudo deste setor para o Estado do Tocantins, onde há um grande caminho para a produção de gás natural, que atualmente é produzido no Oceano Atlântico na região Sul e Sudeste, podendo ser transportado até o Porto de Praia Norte no Tocantins. Ressaltou que a iniciativa privada já procurou e manifestou intenções à Secretaria de Parcerias e Investimentos, de maneira que o Presidente do CPPI-TO, trouxe ao Conselho para deliberação de sua integração ao Programa. Com a palavra, o Presidente do Conselho ressaltou a localização e logística do Estado do Tocantins. Concluídas as colocações e aberta a votação, o Conselho decidiu, por unanimidade, propor e submeter, à deliberação do Governador do Estado, a inclusão do pré-projeto intitulado Rede Estadual de Gás Natural no âmbito do Programa de Parcerias e Investimentos do Estado do Tocantins, para fase de estudos preliminares com objetivo de identificar e confirmar o potencial das propostas para futura qualificação no Programa de Parcerias e Investimentos do Estado do Tocantins e autoriza o Presidente do Conselho Parcerias e Investimentos a formar grupos de trabalho por meio de Portaria Conjunta com os órgãos envolvidos em cada projeto. **O décimo segundo item para deliberação: Transporte Ferroviário Estadual.** Com a palavra, o Secretário Executivo do Conselho, explanou sobre a possibilidade e vantagens das ferrovias para escoamento das produções do Estado do Tocantins, e a importância da interligação com outros Estados até as linhas principais das ferrovias federais. Concluídas as colocações e aberta a votação, o Conselho decidiu, por unanimidade, propor e submeter, à deliberação do Governador do Estado, a inclusão do pré-projeto intitulado Transporte Ferroviário Estadual no âmbito do Programa de Parcerias e Investimentos do Estado do Tocantins, para fase de estudos preliminares com objetivo de identificar e confirmar o potencial das propostas para futura qualificação no Programa de Parcerias e Investimentos do Estado do Tocantins e autoriza o Presidente do Conselho Parcerias e Investimentos a formar grupos de trabalho por meio de Portaria Conjunta com os órgãos envolvidos em cada projeto. **O décimo terceiro item: Pré-projeto Plano Estadual de Transporte Aeroviários.** Com a palavra o Secretário Executivo do Conselho, informou que trata-se de uma demanda importante para a política de intermodalidade de transportes do Estado do Tocantins. O transporte aéreo ainda é pouco explorado tanto no transporte de cargas como de passageiros, exatamente pela falta de plano de integração na malha de aeroportos do Estado. O Presidente do Conselho reforçou que os empresários do agronegócio são grandes produtores e investidores, possuindo aviões e necessitando de logística para os investimentos. Concluídas as colocações e aberta a votação, o Conselho decidiu, por unanimidade, propor e submeter, à deliberação do Governador do Estado, a inclusão do pré-projeto intitulado Plano Estadual de Transporte Aeroviário Estadual no âmbito do Programa de Parcerias e Investimentos do Estado do Tocantins, para fase de estudos preliminares com objetivo de identificar e confirmar o potencial das propostas para futura qualificação no Programa de Parcerias e Investimentos do Estado do



Tocantins e autoriza o Presidente do Conselho Parcerias e Investimentos a formar grupos de trabalho por meio de Portaria Conjunta com os órgãos envolvidos em cada projeto. **O décimo quarto item, prorrogação de prazo do projeto de Saneamento:** O Presidente do Conselho informou a necessidade de prorrogação, ante a necessidade de aprovação pelo Senado Federal das legislações pertinentes ao tema, propondo a prorrogação por mais 90 dias. Concluídas as colocações e aberta a votação, o Conselho decidiu, por unanimidade, a prorrogação do prazo, por 90 dias, para apresentação dos estudos preliminares relacionados aos intitulados Saneamento Básico, estando o Presidente do Conselho autorizado a qualificar o projeto por meio de ad referendum, caso os estudos estejam concluídos antes da data da próxima reunião ordinária do Conselho. Por fim, **o último tema para deliberação: Programação de cursos e atividades educativas.** Com a palavra, o Secretário Executivo explanou que o objetivo é disseminar informações a respeito dos programas de parcerias e investimentos que estão sendo desenvolvidos no Tocantins, mas principalmente sobre o tema parcerias e investimentos, levando a informação e capacitação dos beneficiários de um programa como este, incluindo a sociedade aos estudos, como OAB, Tribunais e Assembleia Legislativa. Concluídas as colocações e aberta a votação, o Conselho decidiu, por unanimidade, determinar à Secretaria de Parcerias e Investimentos que, crie e promova um calendário de Cursos e Atividades Educacionais com o objetivo de disseminar a cultura das Parcerias, Concessões e PPPs, tanto nos órgãos governamentais quanto para sociedade, qualificando os servidores e gestores, bem como apresentando a sociedade os benefícios das PPPs e PPIs. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente do Conselho deu por encerrada a reunião às onze horas e vinte e um minutos, sendo lavrada a presente ata, por mim, Mariane Pintaro Arruda, que lida e achada conforme, segue assinada pelo Presidente e demais Conselheiros.

**Presidente do Conselho**

Claudinei Aparecido Quaresemin: \_\_\_\_\_

**Suplente do Secretário de Estado da Fazenda e Planejamento**

Sergislei Silva de Moura: \_\_\_\_\_

**Suplente do Secretário de Estado da Indústria, Comércio e Serviços**

Iranilson Ferreira Mota: \_\_\_\_\_

**Suplente da Secretária de Estado da Infraestrutura, Cidades e Habitação**

Francis Ney Prado Maia: \_\_\_\_\_



**Presidente da Agência de Fomento do Estado do Tocantins S.A. – FomenTO**

Denise Rocha Domingues: \_\_\_\_\_ *Sharis*

**Suplente do Procurador-Geral do Estado - PGE**

José Humberto Muniz Filho: \_\_\_\_\_ *[Signature]*